SUMÁRIO

Introdução 1

PARTE I
ASPECTOS PRINCIPAIS DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

1 Análise Geral 7
1 Introdução 7
2 Associação criminosa 8
3 Organização criminosa: conceito no sistema jurídico brasileiro 19
4 Caracterização 25
5 Elementos das organizações criminosas clássicas 40
5.1 Estrutura hierárquico-piramidal 41
5.2 Divisão direcionada de tarefas 42
5.3 Membros restritos 43
5.4 Agentes públicos participantes ou envolvidos 45
5.5 Orientação para a obtenção de dinheiro e de poder 45
5.6 Domínio territorial 45
6 Atividades de Execução 46
6.1 Diversificação das atividades 46
6.2 Mescla de atividades lícitas com atividades ilícitas 46
6.3 Uso de violência 47
7 Instrumental 47
8 Estruturas 48
8.1 O século XXI e os novos modelos de organizações criminosas. Rede (*Network – Rete Criminale – Netzstruktur*) 54
9 Distinção 55
9.1 Grandes/Transnacionais 55
9.2 Médias 55
9.3 Pequenas 56
9.4 Grupos temporários 56

2 Principais Atividades das Organizações Criminosas 59
1 Tráfico de entorpecentes 61
2 Extorsões 63
3 Tráfico de armas 64

4 Corrupção 66
5 Fraudes e falsificações 69
6 Ameaças e agressões 71
7 Atentados 72
8 Exploração de jogos de azar e/ou prostituição 72
9 Furtos e roubos 73
10 *Cybercrime* 73
11 Terrorismo 74
11.1 Grandes atentados 78
11.2 Drones 84

3 Autoria pelo Domínio do Fato em Organizações Criminosas 85
1 Introdução 85
2 Domínio do fato e autoria 87
3 Aparatos de poder e fungibilidade de executores 89
4 Domínio da ação em organizações criminosas 96
5 Configuração processual do domínio do fato 99
6 Tópicos: requisitos básicos para a aplicação da teoria 102

4 Grupos de Força-tarefa 105
1 Formação, monitoramento e sistema operacional 105
1.1 Conceito 105
1.2 Formação 105
1.3 Força-tarefa formal 106
1.4 Força-tarefa informal 106
1.5 Material/equipamentos 107
1.6 Integrantes/pessoal 107
2 Diretrizes 108
2.1 Conscientização dos integrantes 108
2.2 Utilização de legislação adequada à realidade das características do crime organizado 108
2.3 Estrutura material de combate ao crime organizado 109
3 Sistema operacional do grupo de força-tarefa 110
4 Pressupostos para o combate 111
4.1 Estratégia de atuação 111
4.2 Estudo dos dados e documentos coletados 112
4.3 Vias sigilosas 112
4.4 Legislações mais viáveis 113
4.5 Imprensa 113
5 Recomendações para a organização de um grupo de força-tarefa 114
5.1 Funções de planejamento 114
5.2 Papel do líder 114

5.3 Recomendações de organização 115
5.4 Outras recomendações 116

PARTE II
MECANISMOS LEGAIS

5 Investigação de uma Organização Criminosa 119
1 Legislação adequada 120
2 Estrutura 122
2.1 Poder Judiciário 124
2.2 Ministério Público 125
2.3 Polícia 127
3 Treinamento 129
4 Medidas legais 129
5 Meios de provas 131

6 Colaboração Premiada 135
1. Breve histórico 135
2 Colaboração premiada e o momento processual de sua aplicação 141
3 Proteção aos réus colaboradores: Lei nº 9.807/99 143
4 Lavagem de dinheiro: Lei nº 9.613/98 (alterada pela Lei nº 12.683/12) 148
5 Organizações criminosas: Lei nº 12.850/13 153
6 Crimes hediondos: Lei nº 8.072/90 196
7 Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo: Lei nº 8.137/90. Do acordo de leniência nos crimes de formação de cartel 196
8 Extorsão mediante sequestro – Código Penal: Lei nº 9.269/96 200
9 Lei de tóxicos e delação premiada 201
10 Acordo de não persecução penal 203
11 *Whistlerblower* 205

7 Ação Controlada/Agentes Infiltrados 207
1 Ação controlada 207
1.1 Termo inicial 208
1.2 Controle do crime 209
1.2.1 Risco de perda das provas (critério objetivo) 210
1.2.2 A prática de crimes 210
1.3 Ação controlada sem infiltração de agentes 210
2 Agentes infiltrados 211
2.1 Autorização judicial 212
2.2 Prática de crimes e princípio da proporcionalidade 213
2.3 Agentes de inteligência 215

2.4 Agente infiltrado – testemunha 216
2.5 Sigilo das operações 217
2.6 Proteção da identidade 217
2.7 Agente infiltrado × agente provocador 218
2.8 Risco pessoal do agente × proteção 219
2.9 Análise sistemática dos dispositivos legais 221
3 Criminosos infiltrados 234

8 Coleta de Dados em Meios de Comunicação 237
1 A Lei nº 9.296/96 237
2 A interceptação das comunicações 238
3 Execução da interceptação 239
4 Gravação clandestina 240
5 Interceptação e gravação ambiental 241
6 Interceptação e gravação de imagens 243
7 Obtenção de extratos telefônicos 244
8 Prova emprestada 247
9 Da investigação e dos meios de obtenção da prova 250

9 Inversão do Ônus da Prova 253
1 Crime de lavagem de dinheiro 253
1.1 Versão defensiva 257
1.2 Situação jurídica 257
2 Demais crimes: perdimento de bens e valores 258

10 Quebra de Sigilos: Bancário e Fiscal 261
1 Quebra de sigilo bancário: "intimidade" e "privacidade" do correntista ... 262
2 Quebra de sigilo e o Ministério Público 267
2.1 Pessoa jurídica 267
2.2 Pessoa física 269
2.3 Quebra de sigilo das operações de cartões de crédito 270
2.4 O sistema Bacen Jud 271
3 Quebra de sigilo fiscal 271
4 Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – Simba 273

11 Proteção de Vítimas e Testemunhas 275
1 A importância da prova testemunhal 275
2 A situação da testemunha no processo penal 276
3 A situação da testemunha nos casos de crime organizado 277
4 Fatores contrários 278
5 Fatores favoráveis 278
6 A proteção 279

7 Aspectos da lei brasileira de proteção das vítimas e testemunhas: Lei nº 9.807/99 279
7.1 Falta de recursos. Proteção dos familiares – escoltas – emprego 279
7.2 A proteção dos peritos 280
7.3 Tipificação para o agente protetor da testemunha que agir à traição 280
7.4 Proteção da testemunha ou do testemunho 281
7.5 Preservação de identidade, imagem e dados pessoais 281
7.6 Mudança de identidade 285
7.7 Sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida 286
7.8 A formação da "indústria das testemunhas" 286
7.9 Proteção aos réus colaboradores. Diferenciação 287

12 Busca e Apreensão 289
1 Objeto das buscas 289
2 Atuação policial 291
3 Participação do Ministério Público 291
4 Participação de outros órgãos de persecução 292
5 Idoneidade da prova 293
6 Análise do material apreendido 293
7 Alienação antecipada dos bens 293
8 Busca e apreensão em caso de crime de lavagem de dinheiro 297
9 A *exclusionary rule* do sistema norte-americano 298
9.1 A formação da teoria 298
9.2 A evolução da teoria do "fruto da árvore contaminada" 300

13 Processo Penal e Sigilos 303
1 Divulgação e preservação do sigilo em PIC, IP e Princípio da Publicidade do Processo Penal 303
2 O sigilo da investigação criminal e do Processo Penal 310
2.1 Durante a investigação 310
2.2 Durante o processo penal 310
3 O Ministério Público e a divulgação da denúncia criminal 313

14 Organizações Criminosas Econômicas 317
1 Crimes de formação de cartel 318
1.1 Cartéis em licitações 322
1.2 Aspectos característicos de prática de fraude em licitação por cartel 322
1.3 Prova da corrupção 323
2 Concorrência pública 324

2.1 Planificação da aquisição 325
2.2 Publicidade 326
2.3 Oferta de documentos (*Bidding Documents*) 327
2.4 Pré-seleção e qualificação (*Short Listing and prequalification*) 328
2.5 Conferência de pré-ofertas (*Pre-Bid Conference*) 328
2.6 Submissão de ofertas (*Bid Submission*) 328
2.7 Abertura das ofertas (*Bid Opening*) 329
3 Crime de lavagem de dinheiro: correlação entre as organizações criminosas e a lavagem de dinheiro 329
4 A comprovação dos elementos objetivo/subjetivo dos tipos em relação aos crimes econômicos, em especial de formação de cartéis, fraude à licitação e lavagem de dinheiro 334
4.1 Pela caracterização real 335
4.2 Pela caracterização presumida 336

15 Cartéis de Empresas 339
1 A teoria e a política *antitrust* 339
1.1 Oligopólios × concorrência 340
1.1.1 Oligopólio em conluio 340
1.1.2 Oligopólio de empresa dominante 341
1.1.3 Concorrência monopolística 341
2 Padrões de concorrência imperfeita 341
2.1 Formação de cartel. Organização criminosa empresarial 342
2.2 Denúncia/Acusação 343
2.2.1 Crime multitudinário 343
2.2.2 Aplicação da teoria do domínio do fato 344
2.2.3 Comprovação do delito: provas diretas/indiretas 344
2.2.4 Concurso de crimes e diferenciação: cartel e fraudes à licitação 345
2.2.4.1 Núcleos dos tipos penais 347
2.2.5 Consumação dos delitos: formação de cartel e fraude à licitação 349
2.2.6 Cartéis e fraudes à licitação: natureza de crimes formais e permanentes 352
2.2.6.1 Análise/Jurisprudência com delitos de natureza semelhante 356
2.2.6.2 Decisões da situação jurídica nos EUA 359
2.3 Acordo de leniência e termo de cessação de conduta 360
2.3.1 O Termo de Compromisso de Cessação (TCC) 361
2.3.2 O Acordo de Leniência (AL) 362

2.3.2.1 O Acordo de Leniência e sua abrangência penal: análise da incidência de outros delitos 364
2.4 Competência 366
2.5 Cartéis em licitações 370
2.5.1 Características 370
2.5.2 Exemplificação 370
2.5.3 Diretrizes para combater o conluio entre concorrentes em contratações públicas, segundo a OECD 371
2.5.4 Modelos de ofertas em licitações 372
3. Cartéis: domínio de mercado e mercado relevante – fraude à licitação 373
3.1 Domínio do poder econômico: mercado relevante e concentração de poder econômico. Princípio da igualdade constitucional 375
3.2 Mercado Relevante – PME – Pequenas e Médias Empresas (SMEs) 377
3.3 Concentração de poder econômico 378
3.4 Fatos notórios 379

PARTE III

SISTEMAS DE CONTROLE LEGAL EM MEDIDAS DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO: ANÁLISE DE DIREITO COMPARADO

16 Alemanha/Áustria 383
1 Conceito 383
2 Legislação – medidas específicas 387
2.1 Investigação criminal 387
2.2 Princípio informador da atuação do Ministério Público 387
2.3 Sequestro e confisco de bens 390
2.4 Agentes infiltrados 392
2.5 Proteção de testemunhas 396
2.5.1 Colaboração premiada 396
2.5.2 Cumprimento de pena 406

17 Itália 409
1 Conceito 409
2 *Legge* nº 575, de 31 de maio de 1965. *Disposizione contro la Mafia* 411
3 *Legge* nº 356, de 7 de agosto de 1992 416
4 Interceptação das comunicações por determinação do Ministério Público 418
5 Investigação direta pelo Ministério Público 419
6 Audiência por teleconferência 421

7 Falsa informação/testemunho ao Promotor de Justiça 423
8 Incremento da punição à prática de usura..... 424
9 Disposições especiais em matéria de armas, entorpecentes e lavagem de dinheiro 425
10 Controle de venda de armas 425
11 Instituição de magistrados e procuradores antimáfia 426
12 Revista em edifícios 426
13 Criação de comissão parlamentar de inquérito 426
14 Princípio: legalidade, oportunidade e consenso 426
15 Agentes infiltrados 427
16 Lavagem de dinheiro 428
17 Valoração dos indícios..... 429
18 A coordenação entre os Ministérios Públicos (DNA – *Direzione Nazionale Antimafia*) 432
19 A *Direzione Investigativa Antimafia* (DIA) 435
20 O Código Antimáfia 436

18 EUA..... 441
1 *Electronic surveillance* 444
2 Interpretação constitucional..... 446
3 Mecanismos de investigações eletrônicas 447
4 Investigação sequencial 447
5 Investigação emergencial – determinação do Ministério Público..... 448
6 Gravação clandestina..... 449
7 Obtenção de extratos de chamadas..... 449
8 *Immunity* (imunidade) 449
9 Agentes infiltrados (*undercover agents*) 450
10 Outras hipóteses de atuação investigativa por agentes infiltrados 452
11 *Bank secrecy* 453
12 Ação civil de confisco (*civil forfeiture actions*) 454
13 Ação de confisco criminal (*criminal forfeiture actions*) 455
14 *Obstruction of justice*..... 456
15 *USA Patriot Act* – 24/10/2001 – H. R. 3162..... 457
16 Proteção de testemunhas..... 458
16.1 *Plea bargaining* e seleção 458
16.2 *Witness Security Program* – WITSEC..... 459
16.3 Aspectos da Lei de Proteção às Testemunhas..... 459
17 *Plea bargaining*..... 461

19 Espanha..... 471
1 Princípio: legalidade, oportunidade e consenso 472
2 Tipificação dos crimes de terrorismo 472

3 Agentes infiltrados: *Ley de Enjuiciamiento Criminal* 477
4 Entrega vigiada 479
5 Proteção de testemunhas (*Ley Orgánica* 19/1994, de 23 de *diciembre*) 480
6 *Blanqueo de capitales* (lavagem de dinheiro) 481
7 Interceptação de comunicações (Lei nº 32/03) 482

PARTE IV
CRIMINOLOGIA: ANÁLISE CRÍTICA E MÁFIAS TRANSNACIONAIS

20 A Globalização da Criminalidade Organizada 487

21 As Organizações Criminosas dos "Poderosos" e o Ciclo Criminal--legal 491

22 O Subdesenvolvimento como Geração da Criminalidade 495

23 Máfias Italianas 497
1 Origem 497
1.1 Elemento – Honra 497
2 Cosa Nostra 499
3 'Ndrangheta (La Santa) 516
4 Camorra 522
5 Sacra Corona Unita 527
6 Máfia da Foggia 530

24 Outras Máfias Transnacionais 543
1 Máfias russas 543
1.1 Fraternidade *vory-v-zakone* 543
1.2 Moscou e São Petersburgo 545
1.3 Atividades mafiosas 547
2 Máfias chinesas 552
2.1 Origens e estruturas: *Quing Gang, Hun Mun* e gangues 552
2.2 Formas atuais 554
2.2.1 Tríades 554
2.2.2 *Underground-Type criminal groups* 557
2.2.3 *Group Crimes* 559
2.3 Hong Kong, Macau e Taiwan 561
3 Máfias norte-americanas 562
3.1 *Famiglia* Genovese 566
3.2 *Famiglia* Gambino 567
3.3 *Famiglia* Columbo 567
3.4 *Famiglia* Bonanno 569

3.5 *Famiglias* italianas × *famiglias* americanas: diferenças..... 569
4 Máfias japonesas..... 573
4.1 Yakuza..... 573
4.2 Sokaiya..... 581
5 Máfias mexicanas 584
5.1 Cartéis Mexicanos de Drogas (DTOs) 587
5.1.1 Sinaloa Cartel 588
5.1.2 Tijuana/AFO 592
5.1.3 Juárez/CFO 592
5.1.4 Cartel do Golfo..... 593
5.1.5 Los Zetas 593
5.1.6 Beltrán Leyva Organization (BLO) 595
5.1.7 La Familia Michoacana (LFM) 595
6 Criminalidade organizada na América Central..... 599
7 Análise criminológica da situação na América Latina..... 603

25 Cooperação Jurídica Internacional..... 611

Referências 615

Anexo..... 627
Estrutura de uma Organização Criminosa 627
Fluxograma Básico das Atividades de Organização Criminosa Mafiosa.... 628